

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT01.057

CONCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO BULLYING: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFESSORES

Thalita Lays Fernandes de Alencar¹

Cicera Enmilly Marins de Sousa²

Maria Elaryce de Araújo Clemente³

RESUMO

O bullying é uma violência escolar repetitiva e intencional, praticada por um ou mais estudantes contra outro(s), que pode gerar sérias consequências negativas. Essa pesquisa objetivou investigar concepções e estratégias de enfrentamento ao bullying de estudantes de licenciatura de uma universidade pública do cariri cearense e assim discutir como futuros professores estão sendo preparados para lidar com essa questão. Para a coleta de dados virtual foi utilizado um questionário com 12 questões objetivas e subjetivas. Participaram do estudo 130 discentes de diversos cursos de licenciatura. Os participantes demonstraram conhecimento limitado sobre bullying, com ênfase nas formas física e verbal, enquanto outros tipos de violência foram pouco mencionados. Quanto ao conhecimento sobre consequências, as respostas focaram nos prejuízos para vítimas, consequências negativas para a aprendizagem e impactos psicológicos, como depressão, isolamento e sui-

1 Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco - UPE *campus* Petrolina, thalita.lfalencar@upe.com;

2 Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA, emilly.marins@urca.br;

3 Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA, elaryce.clemente@urca.br;

cídio. Na perspectiva dos participantes o bullying ainda é pouco discutido na universidade e isso se reflete nas suas avaliações sobre a contribuição da universidade, pois apenas 10% a consideraram satisfatória. Os resultados também evidenciaram que os futuros professores sentem-se pouco preparados para lidar com o bullying, apenas a minoria sente-se muito (11,5%) ou totalmente preparada (0,8%). Os estudantes relataram que seus principais desafios estão relacionados à identificação e às formas de intervenção. Entender esses dados é crucial para conhecer o perfil de futuros docentes, identificar lacunas e pensar possibilidades de contribuição formativa que partam das suas reais necessidades.

Palavras-chave: bullying; concepções; enfrentamento; formação docente.

INTRODUÇÃO

O contexto escolar configura-se como um espaço complexo e multideterminado, atravessado por fatores individuais, relacionais, institucionais e socioculturais. Há tempos diversos autores do campo da psicologia e da educação têm destacado o fato de que produção de conhecimento na escola não depende da cognição isoladamente. Autores clássicos como Piaget (1932/1994), Wallon (1995), Vygotsky (2001) e Freire (1996) auxiliaram no estabelecimento da compreensão de que o processo educativo envolve também dimensões afetivas, sociais, morais e políticas, que se manifestam nas interações cotidianas entre professores, estudantes e o próprio contexto escolar. A educação, portanto, não pode ser compreendida de maneira fragmentada ou restrita à mera transmissão de conteúdos, mas como um processo dinâmico e relacional, da mesma forma que aquele que aprende precisa ser reconhecido em sua integralidade.

Assim, para melhor compreender e atuar na escola é necessário partir de abordagens que integrem as diferentes dimensões do desenvolvimento humano. Nesse sentido, torna-se imprescindível refletir sobre os aspectos relacionais que permeiam a vida escolar, pois nesse terreno das relações interpessoais emergem tanto possibilidades de cooperação e desenvolvimento quanto situações de conflito e violência. Entre estas últimas, destaca-se o fenômeno do bullying, um tipo de violência bastante prevalente nas escolas, cujas implicações têm sido amplamente documentadas. Trata-se de um fenômeno que compromete significativamente o ambiente educacional, gerando impactos negativos tanto na dinâmica escolar quanto no desenvolvimento dos indivíduos envolvidos. Estudos recentes sinalizam que suas consequências podem ser profundas e duradouras, afetando a saúde física, mental e emocional das vítimas (Pimentel *et al.*, 2020, Pugslev, *et al.*, 2024).

No artigo 1º da Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), encontramos a seguinte definição para o bullying:

Considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (Brasil, 2015)

Percebe-se, assim, algumas características centrais que são destacadas nesta definição, como o caráter sistemático, intencional e não justificado da violência, em contextos relacionais marcados pela desigualdade de poder entre vítima e agressor(es). De acordo com essa mesma lei, oito tipos de violências podem ser relacionados ao bullying, a saber: verbal, moral, sexual, social, psicológica, física, material e virtual. Isso mostra a complexidade do fenômeno, para além das agressões explícitas e mais facilmente identificadas pelos adultos.

Um dos espaços de maior prevalência do bullying é a escola, de modo que este fenômeno vem sendo discutido com preocupação recorrente nesse contexto. Diversas edições da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE (IBGE, 2021) demonstraram que esse tipo de violência escolar tem crescido de forma exponencial ao longo dos anos. Esses dados mostram a urgência de reflexões e de propostas para lidar com essa questão.

A psicologia do desenvolvimento moral constitui um campo teórico e prático relevante para a compreensão e enfrentamento do bullying, ao considerar esse fenômeno como uma expressão de condutas que transgridem normas sociais e morais fundamentais, como respeito, justiça e cooperação. As bases desse campo foram estabelecidas por Jean Piaget (1932/1994), que propôs uma evolução gradual da moralidade infantil: inicialmente, as crianças operam sob uma moral heterônoma, em que as regras são impostas por figuras de autoridade; posteriormente, avançam para uma moral autônoma, caracterizada pela internalização das normas

e pela adoção consciente dos valores como orientadores do próprio comportamento.

Nesse contexto, o bullying pode ser compreendido como um comportamento que revela dificuldades ou limitações no processo de desenvolvimento moral, especialmente no que diz respeito à internalização de valores que garantem o bom funcionamento das relações interpessoais, como o respeito e a empatia (Mandelli; Tonetto, 2019). Essa perspectiva reforça a relevância de práticas educativas que promovam o amadurecimento ético dos indivíduos, estimulando a autonomia moral e a adoção consciente de normas sociais como guias para a convivência, contribuindo com uma formação que favoreça a construção de ambientes escolares mais respeitosos (Freitas *et al.*, 2019; Lepre *et al.*, 2025).

Considera-se, portanto, que o conhecimento sobre o desenvolvimento moral, entendido como o processo de aquisições e mudanças relacionadas a valores, crenças e atitudes morais, constitui uma ferramenta valiosa para a promoção de comportamentos positivos e para a formulação de estratégias preventivas frente a condutas prejudiciais, como o bullying. Segundo Cincoto e Peres (2025), a escola representa um espaço privilegiado para o desenvolvimento moral, não apenas por ocupar grande parte do tempo das crianças, mas também por seu papel formativo na socialização. Por isso, é essencial que esse ambiente se comprometa com a promoção de desenvolvimento, desde a elaboração dos documentos institucionais até as práticas pedagógicas cotidianas. A escola deve, portanto, assumir uma função estratégica na educação moral, estimulando o desenvolvimento ao favorecer a conscientização e promover a autonomia moral fundada em valores como respeito, responsabilidade, justiça, empatia e cooperação (Lepre *et al.*, 2025).

Nesse contexto, os professores desempenham um papel central como mediadores desse processo. Ao promoverem o diálogo, a escuta ativa e a resolução pacífica de conflitos, contribuem para que crianças e adolescentes desenvolvam competências socioemocionais e tomem decisões pautadas em valores morais. Essa atuação é fundamental para

a prevenção e o enfrentamento do bullying, pois fortalece o senso de responsabilidade e respeito mútuo entre os estudantes (Cincoto; Peres, 2025; Silva *et al.*, 2018).

Os principais documentos orientadores da educação brasileira já reconhecem o papel da escola na formação ética e cidadã dos estudantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que os conteúdos curriculares da educação básica devem promover “valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (Brasil, 1996, s.p.). Essa diretriz aponta para uma formação que valorize atitudes e princípios éticos, preparando os educandos para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento enquanto sujeitos humanos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, reforça essa perspectiva ao destacar a formação integral do estudante como um dos objetivos centrais da educação básica. O documento propõe o desenvolvimento de competências que favoreçam o pensamento crítico, a reflexão sobre valores e crenças, a empatia e a capacidade de resolução de conflitos de maneira construtiva. Além disso, prevê a abordagem de temas transversais como ética, pluralidade cultural e direitos humanos, considerados essenciais para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem coletivo (Brasil, 2018).

No que se refere especificamente ao bullying, a legislação brasileira também tem avançado. A Lei nº 13.185 (Brasil, 2015) instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, estabelecendo como objetivos a prevenção e o enfrentamento do bullying, bem como a capacitação de docentes e equipes pedagógicas. Mais recentemente, a gravidade do problema foi reafirmada com a promulgação da Lei nº 14.811 (Brasil, 2024), que passou a criminalizar as práticas de bullying e cyberbullying, além de prever medidas de prevenção e combate especialmente voltadas para o contexto escolar.

Apesar desses avanços normativos, ainda é possível observar uma lacuna significativa entre o que está previsto em lei e o que se concretiza

na prática educacional. Pesquisas indicam que a formação inicial dos professores permanece insuficiente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências para lidar com conflitos interpessoais e situações de violência escolar (Da Silva; Bazom, 2017; Lira; Gomes, 2018; Tessaro; Trevisol, 2020). Esse cenário evidencia a necessidade urgente de fortalecer a formação docente, pois é fundamental que a escola, e sobretudo os professores, estejam equipados para lidar com essa questão e atuar na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes (Panosso *et al.*, 2023; Rocha *et al.*, 2022). Vale ressaltar que a sala de aula é apontada como um dos espaços de maior incidência de práticas de bullying, o que intensifica ainda mais a responsabilidade dos professores nesse enfrentamento. Tal constatação exige uma reflexão crítica sobre os processos formativos dos docentes e sobre como esses têm contribuído para a capacitação necessária ao enfrentamento dessa problemática (Silva; Bazon, 2017; Tessaro; Trevisol, 2020).

Tessaro e Trevisol (2020) apontam que é fundamental que as instituições de ensino superior assumam a responsabilidade de oferecer uma formação consistente aos professores, para que estes desenvolvam competências para lidar com os conflitos que emergirão em seu cotidiano de sala de aula. A partir de uma revisão sistemática da literatura, as autoras organizaram o que as pesquisas tem indicado como estratégias eficientes para favorecer uma formação docente que contribua com o manejo de situações de bullying. Uma das alternativas para alcançar esse objetivo é a adoção do método dialógico, que se baseia na construção coletiva do conhecimento e na valorização da escuta e do diálogo como práticas formativas. Nesse processo destaca-se a relevância de que as práticas formativas se fundamentem no real, nas situações vivenciadas pelos atores envolvidos. Pesando nisso, vem a proposta desse trabalho de investigar as concepções e demandas de futuros professores em relação à atuação frente ao bullying, em como suas percepções sobre as contribuições da universidade, para fundamentar melhorias a partir de suas reais necessidades.

Parte-se da importância de que essa temática esteja presente na formação inicial dos professores, pois, seja para perceber a ocorrência do bullying ou para agir no seu enfrentamento e prevenção, é preciso que os professores estejam munidos de conhecimentos (Rocha *et al.*, 2022). Nesse sentido, faz-se importante questionar: O que os alunos de licenciatura sabem sobre bullying? Que fundamentos teóricos disponibilizam para estabelecer estratégias para lidar com essa questão? Como a universidade tem abordado essa questão ao longo da sua formação? E quais são suas principais dificuldades e demandas com relação a essa questão?

Considerando a importância desta temática, o objetivo dessa pesquisa é responder a estas questões, investigando as concepções e as estratégias de enfrentamento ao bullying de estudantes de cursos de licenciatura de uma universidade pública do cariri cearense. De forma mais específica, tem-se como objetivos: discutir o nível de conhecimento de estudantes de licenciatura em relação a esta temática; investigar suas demandas em relação ao preparo para lidar com situações de bullying no contexto escolar; identificar como a temática do bullying tem sido discutida durante a formação inicial em cursos de licenciatura; e conhecer suas avaliações a respeito de como a universidade tem contribuído para a construção de conhecimentos, práticas e reflexões voltados ao enfrentamento do bullying e de outras formas de violência escolar.

A relevância da pesquisa consiste no fato de que é preciso conhecer os pontos de partida para poder contribuir de maneira mais eficiente. A obtenção de conhecimentos sobre as concepções e as estratégias dos futuros professores em relação ao bullying é uma importante ferramenta para planejar e promover avanços neste campo, partindo da real demanda dos alunos dos cursos de licenciatura e considerando as particularidades locais desta instituição. Esse levantamento fornecerá o embasamento para propostas de intervenções práticas (ex.: projetos de ensino e de extensão) que poderão contribuir com formação dos professores, para auxiliar no desenvolvimento de estratégias mais efetivas para prevenção e intervenção do bullying.

METODOLOGIA

TIPO DE ESTUDO

Esta é uma pesquisa descritiva exploratória, pois busca desenvolver uma compreensão inicial sobre o tema, caracterizando o fenômeno e delimitando o campo de investigação (Severino, 2016), que neste caso é a formação de professores em relação à temática bullying. Trata-se de uma pesquisa de natureza mista, pois o instrumento elaborado contou com questões objetivas e subjetivas, e as análises realizadas contemplaram tanto abordagens quantitativas, por meio da tabulação e uso de estatística descritiva, quanto qualitativas, a partir da análise temática das respostas discursivas. Essa combinação metodológica permitiu uma visão mais ampla e aprofundada sobre o nível de conhecimento, percepção e práticas dos docentes frente ao bullying escolar, contribuindo para a identificação de lacunas formativas.

PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa 130 estudantes regularmente matriculados em cursos licenciatura de uma universidade pública do cariri cearense. A pesquisa foi realizada em 2023 e contou com a participação de discentes de diferentes cursos, a saber: pedagogia (n = 70), geografia (n = 16), letras (n = 13), ciências biológicas (n = 10), educação física (n = 9), ciências sociais (n = 5), história (n = 4) e química (n = 3). As idades dos participantes variaram entre 18 e 48 anos, com média de idade 22 anos (DP = 5,85), sendo 66,9% do sexo feminino.

INSTRUMENTO

Para a realização deste estudo, foi desenvolvido um questionário composto por 12 itens, distribuídos entre perguntas objetivas e abertas.

O instrumento teve como objetivo captar tanto as concepções dos licenciandos sobre o bullying quanto suas percepções acerca da preparação oferecida pela universidade para lidar com situações dessa natureza no ambiente escolar.

A coleta de dados foi organizada em dois eixos temáticos. O primeiro eixo concentrou-se nas concepções dos estudantes sobre o bullying e seu preparo para atuar diante dessa problemática, abrangendo aspectos como o reconhecimento do fenômeno, os tipos mais conhecidos, experiências pessoais ou observadas, e as consequências percebidas da prática nas instituições educacionais. As questões abertas permitiram aos participantes expressar, com suas próprias palavras, o entendimento sobre o conceito e os impactos do bullying, ampliando a profundidade da análise qualitativa.

O segundo eixo investigou a percepção dos licenciandos quanto à contribuição da formação universitária para o enfrentamento do bullying. Foram exploradas questões que abordavam a avaliação dos estudantes sobre o preparo recebido, sugestões de melhorias na abordagem institucional da temática, e o histórico de inserção do tema ao longo do curso de licenciatura.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário digital, elaborado na plataforma *Google Forms*, contendo questões abertas e fechadas alinhadas aos objetivos da pesquisa. Antes da aplicação do formulário, as pesquisadoras realizaram visitas presenciais às salas de aula dos cursos de licenciatura, com o objetivo de apresentar a pesquisa aos estudantes, esclarecer eventuais dúvidas e convidá-los a participar voluntariamente. Nessa abordagem inicial, foram destacados os propósitos da pesquisa, o caráter sigiloso das respostas e os princípios éticos envolvidos.

A etapa de coleta propriamente dita ocorreu de forma virtual, garantindo praticidade e acessibilidade aos participantes. O link do formulário

foi disponibilizado após o contato presencial, permitindo que os estudantes respondessem no momento mais oportuno. Antes de iniciar o preenchimento do formulário, os participantes foram orientados quanto aos aspectos éticos da pesquisa. Apenas após a leitura e a concordância expressa com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os participantes eram direcionados às perguntas do questionário, assegurando que a coleta de dados respeitasse os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados coletados foi conduzida por meio de procedimentos quantitativos e qualitativos, de acordo com a natureza das questões do instrumento de pesquisa. As respostas às perguntas fechadas foram tratadas por meio de estatísticas descritivas, expressas em números absolutos e porcentagens, o que permitiu identificar padrões, tendências e recorrências entre os participantes.

As respostas às questões abertas foram examinadas por meio da análise temática, abordagem que se mostrou adequada para captar nuances das percepções, opiniões e experiências dos estudantes. Essa técnica permite a identificação de temas recorrentes e significados atribuídos pelos participantes aos fenômenos investigados. Segundo Dias e Mishima (2023), a análise temática é uma ferramenta metodológica valiosa por sua flexibilidade e aplicabilidade em diferentes abordagens teóricas e epistemológicas. Como destacam os autores, trata-se de uma técnica que não exige vinculação a um referencial específico, podendo ser adaptada conforme os objetivos e o contexto da pesquisa.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Cariri, conforme parecer nº 6.600.537, em con-

formidade com os princípios éticos estabelecidos pelas Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Para garantir o respeito aos direitos dos participantes, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado na primeira seção do formulário virtual utilizado para a coleta de dados. O documento apresentava os objetivos da pesquisa, assegurava o sigilo das informações e destacava o caráter voluntário da participação. Os estudantes foram orientados a ler atentamente o termo e, somente após sua aceitação formal, tiveram acesso às questões do questionário, garantindo que todos os procedimentos éticos fossem devidamente respeitados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelam que, embora o termo “bullying” seja amplamente reconhecido pelos estudantes de licenciatura (86,2% afirmaram saber o que significa, 13,8% responderam “mais ou menos” e nenhum participante declarou desconhecimento), o entendimento sobre o fenômeno ainda se mostra restrito. As descrições fornecidas pelos participantes indicam uma predominância de associações com violências verbal e física, utilizando termos como “chacota”, “desrespeito” e “exclusão” (ex.: “É fazer chacota, piada, comentários maldosos a respeito de outras pessoas xingamentos relacionados ao corpo, aparência, roupas, classe social, cabelos, etc.” – Participante 9)”. Apenas uma parcela minoritária (14,6%) mencionou a violência psicológica em suas respostas ao descrever seu entendimento sobre o fenômeno (ex.: “Bullying é uma violência que pode ser gerada por um ou grupo de agressores de forma verbal, física ou psicológica contra determinado indivíduo” – Participante 84)”.

A disparidade no conhecimento sobre os diferentes tipos de bullying foi confirmada por uma questão objetiva que listava oito categorias de violência e solicitava aos participantes que indicassem aquelas com as quais estavam familiarizados. Apesar de todas as opções estarem expli-

citamente apresentadas, os resultados indicaram que certos tipos de bullying ainda são pouco reconhecidos. As formas mais conhecidas foram o bullying verbal (92,3%), físico (84,6%), psicológico (80,8%) e virtual (73,1%). Em contrapartida, os índices de reconhecimento foram significativamente menores para o bullying social (52,3%), sexual (51,5%), moral (48,5%) e material (28,5%).

Essa limitação do repertório conceitual dos licenciandos é preocupante, pois pode ser associada ao comprometimento da capacidade de identificação e intervenção dos futuros docentes (Rocha *et al.*, 2022). A dificuldade em reconhecer formas menos explícitas de bullying, especialmente as de caráter psicológico ou indireto, pode levar à negligência ou dificultar práticas de enfrentamento no cotidiano escolar (Silva *et al.*, 2017). A formação ética e moral, nesse sentido, torna-se essencial para ampliar a sensibilidade dos professores frente às múltiplas expressões da violência.

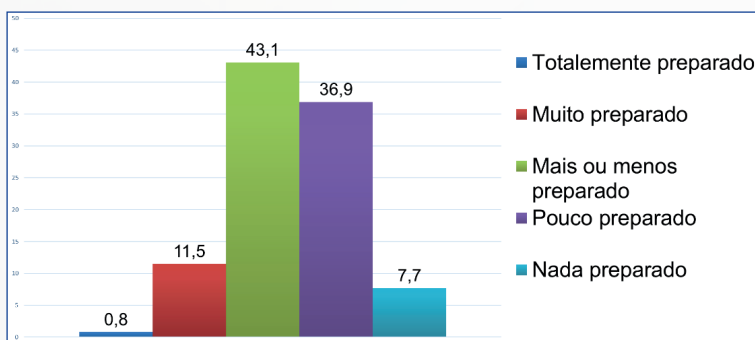
A vivência dos participantes também reforça a relevância do tema: 66,2% afirmaram já ter sofrido bullying e o mesmo percentual declarou ter presenciado situações envolvendo outras pessoas. Além disso, 16,2% admitiram já ter praticado esse tipo de violência, evidenciando que o problema não se restringe às vítimas, mas envolve também a atuação ativa de parte dos estudantes. Esses dados corroboram estudos que apontam a alta prevalência do bullying nas instituições educacionais (Malta *et al.*, 2019; Pimentel *et al.*, 2020), e reforçam a necessidade de estratégias de prevenção que considerem tanto o desenvolvimento moral quanto a construção de ambientes escolares mais empáticos e não-violentos.

Com relação ao conhecimento sobre as consequências do bullying, os participantes destacaram em suas respostas os impactos psicológicos, como depressão, ansiedade, baixa autoestima e isolamento social. Também foram mencionados prejuízos à aprendizagem, à motivação escolar e à permanência dos alunos na escola (ex.: *“Acredito que a pessoa que sofre bullying, tende a se isolar, perde o interesse em ir pra escola e isso*

pode ocasionar evasão escolar. Além disso, essa pessoa vai carregar traumas psicológicos para o resto de sua vida” – participante 34).

Essa percepção está alinhada ao que vem sendo discutido na literatura, que reforça o impacto negativo do bullying para a saúde mental e para o processo de aprendizagem dos envolvidos (Pimentel *et al.*, 2020, Pugslev, *et al.*, 2024). As respostas demonstram que os licenciandos compreendem a gravidade do fenômeno, mas não necessariamente se sentem preparados para enfrentá-lo. Quando questionados sobre o quanto se sentem preparados para lidar com situações de bullying em sua futura atuação docente, apenas 12,3% indicaram sentir-se muito ou totalmente preparados. A maioria revelou insegurança, como pode ser observado no Gráfico 1, indicando a existência de lacunas significativas na formação inicial.

Gráfico 1. Percepção de preparo para lidar com Bullying na futura atuação como docente



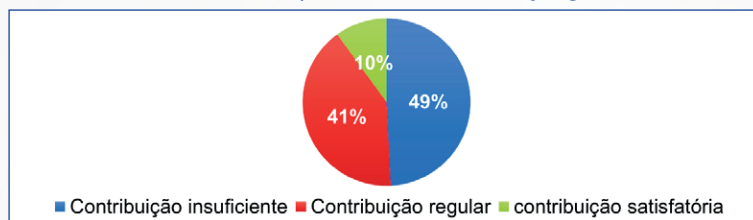
Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Quando solicitados a relatar sua percepção sobre quais seriam seus principais desafios para lidar com o bullying, os participantes destacaram a identificação das situações e a tomada de decisão diante delas. Muitos expressaram dúvidas sobre como distinguir brincadeiras de agressões, como agir diante da omissão institucional e como estabelecer parcerias com a família e a equipe escolar. Essas falas sinalizam que o enfrentamento do bullying exige não apenas conhecimento técnico, mas também habilidades socioemocionais e capacidade de mediação, competências

que devem ser cultivadas desde a formação inicial (Cincoto; Peres, 2025; Fernandes *et al.*, 2025), o que não foi constatado pelos dados deste estudo.

A fragilidade da formação universitária sobre o tema foi evidenciada por 75,4% dos participantes, que afirmaram que o bullying nunca foi abordado ou foi abordado raramente em seus cursos. Apenas 10% consideraram a contribuição da universidade satisfatória, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Avaliação da contribuição da universidade com relação a formação docente para lidar com Bullying



Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Esses dados dialogam com os estudos de Lira e Gomes (2018) e Tessaro e Trevisol (2020), que apontam a ausência sistemática do tema nos currículos de formação docente, resultando em uma preparação ainda insuficiente para lidar com as dimensões afetivas e comportamentais dos estudantes, aspectos essenciais para o enfrentamento de situações de violência no contexto escolar. Considerando que a escola deve ser compreendida como um espaço privilegiado para o desenvolvimento moral, e que os professores ocupam um papel central como mediadores desse processo, é imprescindível que a formação docente reflita essa responsabilidade (Cincoto; Peres, 2025; Tessaro; Trevisol, 2020). Para tanto, é necessário incorporar práticas reflexivas, discussões morais e estratégias de intervenção que considerem a complexidade das relações escolares.

Por fim, os participantes também foram solicitados a apontar caminhos para o aprimoramento da formação universitária. As sugestões sobre como a universidade poderia contribuir com sua formação revelam uma demanda clara por ações concretas e estruturadas. Foram mencionadas

propostas como palestras com especialistas, inclusão do tema nos currículos, realização de eventos e abordagens práticas sobre estratégias de intervenção. Essas propostas indicam que os próprios estudantes reconhecem a importância de uma formação mais robusta e integrada, que os prepare para atuar de forma ética e eficaz frente às situações de bullying. A partir da perspectiva da psicologia do desenvolvimento moral, como discutido por

Piaget (1932/1994), é possível afirmar que a formação ética dos professores deve ir além da transmissão de normas, e deve promover a autonomia moral, estimulando a compreensão crítica dos valores e a capacidade de agir com empatia e justiça.

O papel formativo da universidade mostra-se essencial na preparação de professores para o enfrentamento do bullying, uma vez que a capacitação adequada impacta diretamente na qualidade das atitudes e intervenções docentes. Como destacam Rocha *et al.* (2022), quando os professores são munidos de conhecimentos teóricos e práticos sobre o fenômeno, sentem-se mais motivados e confiantes para agir de forma assertiva diante dessas situações. A formação docente, portanto, constitui um elemento-chave na promoção de uma cultura de paz nas escolas (Tessaro; Trevisol, 2020), sendo indispensável para o desenvolvimento de ambientes educativos mais seguros e éticos. Nesse sentido, tanto a formação inicial como a continuada devem ser compatíveis com as demandas do momento histórico e social contemporâneo, de modo que questões que afetam a realidade escolar, como o bullying, não sejam negligenciadas no processo formativo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar as concepções de licenciandos sobre o bullying e analisar suas percepções quanto à formação universitária para lidar com essa temática no exercício da docência. Os resultados evidenciaram que, embora o termo seja amplamente reco-

nhecido, o conhecimento sobre suas múltiplas manifestações ainda é limitado, e a formação oferecida pela universidade tem se mostrado insuficiente para preparar os futuros professores para o enfrentamento dessa realidade.

A pesquisa permitiu acessar as percepções, angústias e expectativas dos participantes, sinalizando uma lacuna crítica entre as exigências da prática docente e os conteúdos abordados nos cursos de licenciatura. Essa desconexão compromete a promoção da formação integral dos estudantes, que deve contemplar dimensões cognitivas, afetivas e sociais, e aponta para a necessidade urgente de revisão dos currículos e das práticas pedagógicas, a fim de incluir temas que refletem os desafios reais da escola contemporânea.

A estrutura metodológica adotada possibilitou uma compreensão ampliada e contextualizada sobre o nível de preparo dos licenciandos, suas vivências pessoais com o bullying e suas expectativas quanto ao papel da universidade na construção de competências para lidar com situações de violência escolar. Além de indicar lacunas na formação inicial, os dados revelam que os próprios licenciandos reconhecem a urgência de discutir o bullying de forma sistemática e aprofundada. A temática, que atravessa o cotidiano escolar e impacta diretamente o ambiente de aprendizagem, não pode ser tratada como pauta periférica. Os participantes expressaram o desejo de adquirir conhecimentos teóricos e práticos que os capacitem a identificar sinais, refletir criticamente e agir com responsabilidade diante das situações de violência. Essa demanda reforça o papel da universidade como espaço de construção de saberes éticos e relacionais, indispensáveis à atuação docente.

Compreender o perfil dos futuros professores e suas vivências formativas permite às instituições planejar intervenções mais eficazes, alinhadas às demandas contemporâneas da escola. Assim, considera-se que as informações obtidas neste estudo podem servir como subsídio para o planejamento de ações formativas mais eficazes, que partam das reais necessidades dos futuros docentes, considerando inclusive as espe-

cificidades locais de onde a investigação foi realizada. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate e inspire ações concretas que fortaleçam o papel da universidade na formação de docentes preparados para promover uma educação comprometida com o desenvolvimento moral e com a cultura de paz nas escolas.

Como limitação, destaca-se o recorte institucional e geográfico da pesquisa, o que restringe a generalização dos resultados para outras realidades. Além disso, o estudo concentrou-se na percepção dos estudantes, não incluindo a perspectiva dos docentes formadores ou gestores institucionais. Para estudos futuros, recomenda-se ampliar o escopo da investigação, incluindo diferentes instituições e atores envolvidos na formação docente, bem como explorar intervenções pedagógicas que possam ser implementadas nos cursos de licenciatura para o enfrentamento do bullying de forma sistemática e efetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm Acesso em: 21 out. 2025

CINCOTO, Bianca Vitti; PERES, Natália Bersan. Relato de experiência: colaboração entre as habilidades sociais e a educação em valores morais. In Lepre R.

M. *et al.* (Orgs). **Práticas morais na escola: a construção da autonomia moral.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere**, v. 11, n. 1, p. 402-411, 2023.

FERNANDES, Fabiana Silveira; LOPES, Lígia Serrano; LEPRE, Rita Melissa. O Role-Playing como prática moral na escola: relatos de experiências com crianças e com adolescentes. In Lepre R. M. *et al.* (Orgs). **Práticas morais na escola: a construção da autonomia moral.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maíra de Oliveira; BORGES, Luís Paulo Cruz; DE CARVALHO, Julia Tavares. Os sentidos de bullying nas vozes das crianças do ensino fundamental: aprendendo e crescendo com os conflitos na escola. **e-Mosaicos**, v. 8, n. 18, p. 176-188, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019.** Rio de Janeiro, 2021. 162 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101852> Acesso em: 07 de agosto de 2025.

LEPRE, Rita Melissa *et al.* (organizadores). **Práticas morais na escola: a construção da autonomia moral.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025.

LIRA, A.; GOMES, C. A. Violence in schools: what are the lessons for teacher education? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 759-779, jul. 2018

MALTA, Deborah Carvalho et al. Prevalência de bullying e fatores associados em escolares brasileiros, 2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1359-1368, 2019.

MANDELLI, R. R.; TONETTO, L. Design para empatia: brinquedos e brincadeiras como oportunidade para promover o desenvolvimento emocional. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 1, p. 1-22, mar. 2019.

PANOSSO, Mariana Gomide; KIENEN, Nádia; BRINO, Rachel de Faria. Treinamento de Professores para Prevenção e Manejo de Situações de Bullying Escolar: Uma Revisão Sistemática de Literatura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 39, p. e39310, 2023.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. (originalmente publicado em 1932)

PIMENTEL, Fernanda de Oliveira; DELLA MÉA, Cristina Pilla; DAPIEVE PATIAS, Naiana. Vítimas de bullying, sintomas depressivos, ansiedade, estresse e ideação suicida em adolescentes. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 23, n. 2, p. 230-240, 2020.

PUGSLEV, Valéria Regina Favaro *et al.* Bullying: implicações no desenvolvimento físico, social e psicológico da criança e do adolescente no ambiente escolar e a necessidade da atuação dos profissionais. **Revista Foco**, v. 17, n. 10, p. e6623-e6623, 2024

ROCHA, Claudia Santos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; DURGANTE, Helen Bedinoto. Intervenção online com professores para prevenção e enfrentamento do bullying escolar: estudo de viabilidade. **Educação em Foco**, v. 25, n. 45, p. 420-443, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª edição rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, J. L.; BAZON, M. R. Prevenção e enfrentamento do bullying: o papel de professores. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 59, p. 615-628, 2017.

SILVA, Jorge Luiz, *et al.* Resultados de intervenções em habilidades sociais na redução de bullying escolar: revisão sistemática com metanálise. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 509-522, mar. 2018.

SILVA, Pedro Fernando *et al.* Limites da consciência de professores a respeito dos processos de produção e redução do bullying. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 44-56, 2017.

TESSARO, Mônica; TREVISOL, Maria Teresa Ceron. Formação de professores e o manejo de situações de bullying na escola: o que as pesquisas têm indicado?. **Revista Práxis**, v. 3, p. 44-67, 2020.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALLON, Henri. Henri. A evolução psicológica da criança. Tradução Cristina Carvalho. Lisboa: Edições, v. 70, p. 224, 1995.